

quadriénio
2020 - 2023

4 de Dezembro 2019

Eleições para os órgãos regionais da região de Viseu

Organizar e lutar para Avançar!

MELHORES SALÁRIOS,
CARREIRAS VALORIZADAS,
SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE!



No próximo dia 4 de Dezembro, terão lugar as eleições para os novos órgãos regionais e nacionais do STAL para o quadriénio 2020-2023. A lista aqui apresentada integra homens e mulheres dos diversos sectores, composta por dirigentes da actual Direcção Regional, delegados sindicais em exercício de funções e trabalhadores activistas reconhecidos e prestigiados junto dos seus colegas nos locais de trabalho, conjuga a experiência com a renovação e reúne a coragem e a firmeza necessárias para prosseguir a luta pelos direitos dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida, pelo prestígio e fortalecimento do STAL, pela valorização do Poder Local e dos serviços públicos, conquistas de Abril, pela transformação da sociedade no rumo do progresso, da igualdade e da justiça social.



[facebook.com/STAL- Regional-Viseu-Lista-A-101184404688951/](https://facebook.com/STAL-Regional-Viseu-Lista-A-101184404688951/)

www.stal.pt

Dá mais força ao sindicato

No próximo dia 4 de Dezembro, terão lugar as eleições para os novos órgãos regionais e nacionais do STAL para o quadriénio 2020-2023. A lista aqui apresentada integra homens e mulheres dos diversos sectores, composta por dirigentes da actual Direcção Regional, delegados sindicais em exercício de funções e trabalhadores activistas reconhecidos e prestigiados junto dos seus colegas nos locais de trabalho, conjuga a experiência com a renovação e reúne a coragem e a firmeza necessárias para prosseguir a luta pelos direitos dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida, pelo prestígio e fortalecimento do STAL, pela valorização do Poder Local e dos serviços públicos, conquistas de Abril, pela transformação da sociedade no rumo do progresso, da igualdade e da justiça social.

O inconformismo para com a inércia e a falta de resposta aos problemas dos trabalhadores na região de Viseu, a ausência de planeamento, de dinâmica e de prestação de contas da actividade sindical na região e o descontentamento do seu funcionamento, foram sendo ampliadas. Da discussão havida entre os membros da Direcção Regional, apesar de falsas preocupações com a unidade e a convergência, apenas surgiu uma proposta fechada de tudo tentar manter, rejeitando a continuidade de um conjunto

alargado de quadros sindicais com provas dadas de empenho, honestidade e competência ao longo do mandato que agora termina.

As eleições são um momento ímpar de afirmação da democracia e vitalidade do sindicato, sendo por isso indispensável a mobilização e a participação de todos para reforçar a unidade, transmitir esperança e confiança para avançar na defesa e conquista de direitos.

Em 2020, o STAL fará 45 anos, acontecimento especial que merecerá particular atenção. 45 anos de trabalho árduo e de muita luta, de uma força com uma matriz sindical reivindicativa, combativa, de classe e de massas, na qual os trabalhadores confiam, em torno da qual se organizam e mobilizam. Foi com base nestes princípios que o STAL nunca desistiu de lutar - com destaque para o combate vitorioso pelas 35 horas semanais de trabalho - contribuindo fortemente, no âmbito do movimento sindical unitário, para derrotar o governo PSD/CDS-PP e para a criação de uma nova correlação de forças na Assembleia da República que permitiu, nos últimos quatro anos, a reposição de rendimentos e a conquista de direitos.

Os principais problemas que afectam os trabalhadores do sector não foram resolvidos: actualização dos salários, carreiras profissionais valorizadas, melhores condições de trabalho, revogação do SIADAP e revisão da Tabela Remuneratória Única (sobre a qual o STAL apresentou em Tribunal queixa contra o Estado Português).

O PS, com a vitória que teve nas eleições, não pode deixar de considerar a representação parlamentar do BE, do PCP e do PEV, e ter presente o sentimento generalizado dos portugueses no que respeita à importância da valorização dos direitos laborais e sociais.

A actual correlação de forças na Assembleia da República permite ir além do que aconteceu na última legislatura, investindo na melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, valorizando o trabalho e os trabalhadores. Existindo as condições, dependerá da vontade política responder positivamente às reivindicações dos trabalhadores e resolver os problemas.

É neste quadro que exerceremos o próximo mandato, que será por isso muito exigente. Mas, com a nossa determinação e o apoio dos trabalhadores que representamos, saberemos vencer os obstáculos que forem surgindo no nosso percurso porque, agora como sempre, não viraremos as costas à luta e tudo faremos para que os trabalhadores da Administração Local e Regional das Empresas Públicas e Concessionárias vejam a sua vida dignificada e o seu trabalho valorizado, como forma de afirmar o Poder Local democrático e os serviços públicos. É neste quadro que a nossa lista prosseguirá a luta por melhores condições de vida e de trabalho, assumindo como orientação para a acção reivindicativa os eixos e medidas aprovados na 3ª Conferência Sindical do STAL.

Aumentar os salários, recuperar o poder de compra

O congelamento dos aumentos salariais imposto nos últimos 10 anos aos trabalhadores da Administração Pública, traduziu-se na Administração Local, sector em que a maioria dos trabalhadores auferem salários muito baixos, numa brutal perda de poder de compra de 14%, em média. Os trabalhadores que passaram a auferir os €635,07 ficaram sem os pontos obtidos nas avaliações de desempenho, um autêntico roubo que continuaremos a combater.

Quem trabalha deve poder viver condignamente do seu salário, para tal, o aumento dos salários e a recuperação do poder de compra é uma emergência, pelo que intensificaremos a luta por:

- Aumento real dos salários, tendo por base a reivindicação da CGTP-IN de 850 euros no salário mínimo nacional a curto prazo;
- Reformulação da TRU, exigindo os € 850,00 para a 1ª posição remuneratória e, mantendo a proporcionalidade entre os diversos níveis nos termos do artigo 147.º da LTFP, que todos os níveis remuneratórios sejam actualizados na mesma proporção;
- Actualização do subsídio de refeição para €6,50;

- Regulamentação de todos os suplementos remuneratórios, nomeadamente do suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, de Isenção de Horário de Trabalho e de Prevenção/Piquete e recuperação do valor total dos acréscimos remuneratórios devidos pela prestação de trabalho suplementar;
- Uma ADSE pública e solidária, ao serviço dos beneficiários, reduzindo o valor da comparticipação para 1,5% durante 12 meses;
- Uma Aposentação com dignidade e o aumento real das pensões.

Dignificar as carreiras e profissões

A Lei n.º 12-A/2008 arrasou as carreiras profissionais, introduziu a polivalência e a generalização das funções, eliminou na prática as promoções e condicionou as progressões ou a chamada opção gestonária à obtenção de 10 pontos por via de um sistema de avaliação profundamente arbitrário e injusto, o que para a esmagadora maioria dos trabalhadores significa 10 anos para progredir. Tudo isto contribuiu para a degradação da qualidade dos serviços públicos. Em relação às carreiras “não revistas”, as pro-

postas governamentais foram sempre no sentido de as desvalorizar e reduzir a uma única categoria, merecendo a forte oposição dos trabalhadores e do STAL.

Por tudo isto, prosseguiremos em defesa de um regime de carreiras digno desse nome, que valorize os trabalhadores e as profissões, exigindo:

- Recuperação de todas as carreiras gerais, especiais e corpos especiais, com base na estrutura existente antes da Lei 12-A/2008, com as devidas adaptações;
- Recuperação e valorização das profissões, com regras eficazes e justas de progressão e promoção;
- Recuperação de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão, incluindo a salvaguarda dos pontos obtidos na avaliação de desempenho e não utilizados;
- Revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema de avaliação justo, simplificado e isento de quotas.

**Dá mais força
ao sindicato,
vota na lista**



Organizar e lutar para Avançar!

MELHORES SALÁRIOS, CARREIRAS VALORIZADAS,
SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE!



CANDIDATOS

DIRECÇÃO REGIONAL DE VISEU



Adelino Ferreira Dionísio,
Sócio n.º 35635,
CM Mortágua,
Assistente Operacional,
69 anos



Alcina Maria de Sousa,
Sócia n.º 90148,
CM Sátão,
Técnica Superior
50 anos
Membro da DR de Viseu



**Alexandre Hoffmann
Castela,**
Sócio n.º 105361
CM Lamego,
Técnico Superior,
31 anos



**António Augusto Ferreira
Cardoso,**
Sócio n.º 26144,
CM Castro Daire,
Assistente Operacional,
57 anos
Membro da DR de Viseu



**António Maria de
Carvalho Nogueira,**
Sócio n.º 20843,
CM Penedono,
Técnico Superior,
60 anos



António Pereira Borges,
Sócio n.º 78462,
CM Nelas,
Assistente Operacional
60 anos
Membro da DR de Viseu



Arménio Ferreira da Silva,
Sócio n.º 48304,
CM Cinfães,
Assistente Operacional,
43 anos



Avelino Casimiro Alves,
Sócio n.º 52653,
CM Moimenta da Beira,
Assistente Operacional,
63 anos



Camilo Correia de Oliveira,
Sócio n.º 51213,
CM Viseu,
Assistente Operacional,
58 anos



**Cristina Rosa Cabral
Rodrigues,**
Sócia n.º 91087
CM Mangualde,
Assistente Técnica,
42 anos



**Eugénia Maria Pascoal
Santos Silva**
Sócia n.º 91188,
CM Armamar,
Assistente Técnica
47 anos



Fausto Gouveia Magalhães,
Sócio n.º 45738,
CM Armamar,
Assistente Operacional,
46 anos



**Fernando António Miranda
Carvalho,**
Sócio n.º 48039,
CM Carregal do Sal,
Assistente Operacional,
54 anos
Delegado Sindical



Fernando Teixeira Pinto,
Sócio n.º 38404,
CM Viseu,
Assistente Operacional,
55 anos



**Francisco Rodrigues
Figueiredo,**
Sócio n.º 15325,
CM São Pedro do Sul,
Assistente Operacional,
69 anos



Francisco José Pinto Anunciação,
Sócio n.º 104051,
CM S. J. Pesqueira,
Cantoneiro de Limpeza,
57 anos



Horário Ferreira Marques,
Sócio n.º 71144,
CM Viseu,
Assistente Operacional,
59 anos



João Carlos Lopes Serra,
Sócio n.º 47077,
CM Viseu,
Assistente Operacional,
47 anos
Membro da DN do STAL



João Henrique Ricardo dos Santos,
Sócio n.º 18792,
CM S. Comba Dão,
Assistente Operacional,
59 anos



Jorge Alexandre Santos Marques,
Sócio n.º 61747,
CM Viseu,
Assistente Operacional,
40 anos



José Alexandre Magno Pinto,
Sócio n.º 89877,
CM Armamar,
Assistente Técnico,
45 anos
Membro da DR de Viseu



José Francisco Roque Cruz,
Sócio n.º 87536,
CM Mangualde,
Assistente Operacional,
42 anos



José Manuela do Carmo Balsemão,
Sócio n.º 81540,
CM Lamego,
Assistente Operacional,
50 anos
Membro da DR de Viseu



Lurdes de Castro Gouveia Lopes,
Sócia n.º 18463,
CM Tarouca,
Coordenadora Técnica,
59 anos
Delegada Sindical



Manuel Augusto Martins Rodrigues,
Sócio n.º 35750,
CM Tondela,
Assistente Operacional,
56 anos



Marcos António Neves da Fonseca,
Sócio n.º 15445,
CM Tabuaço,
Téc. de Informática grau II
57 anos



Maria de Fátima Sampaio,
Sócia n.º 97575,
CM Nelas,
Assistente Técnica,
41 anos
Delegada Sindical



Maria Luísa Teixeira Fernandes,
Sócia n.º 87315,
CM Viseu,
Jardineira,
51 anos
Membro da DR de Viseu



Marta Sofia de Melo Bartolomeu,
Sócia n.º 89544,
CM S. J. Pesqueira,
Assistente Técnica,
38 anos
Membro da DR de Viseu



Rui Paulo Mendonça dos Santos,
Sócio n.º 39328,
CM Lamego,
Assistente Operacional
46 anos



Sandra Rita V. C. Pereira,
Sócio n.º 97576,
CM Nelas,
Técnica Superior,
47 anos
Delegada Sindical



Vasco Lemos dos Santos,
Sócio n.º 88107,
CM Vouzela,
Assistente Operacional,
57 anos

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL



Graça Maria Rodrigues,
Sócia n.º 81048,
CM Sernancelhe,
Assistente Técnica,
59 anos
Membro da DN do STAL



Maria Lúcia Sampaio Melo,
Sócia n.º 59824,
CM Sernancelhe,
Coordenadora Técnica,
54 anos
Membro da DN do STAL



Luís Filipe Correia Amaral,
Sócio n.º 73753,
CM Viseu,
Cantoneiro Limpeza,
35 anos
Membro da DR de Viseu



4 de Dezembro 2019

Eleições para os órgãos regionais da região de Viseu

Trabalho com direitos, erradicar a precariedade

A destruição do vínculo, o subfinanciamento dos serviços públicos, os cortes cegos, a redução obrigatória e limitações à contratação de trabalhadores, o uso abusivo da contratação a termo e do trabalho temporário, o falso trabalho independente, a utilização dos estágios e dos desempregados, empurraram milhares de trabalhadores para a precariedade. O PREVPAP revelou-se insuficiente, continuando por regularizar a situação de milhares de trabalhadores. O recurso ao trabalho precário continua a ser uma prática corrente na Administração Local e as alterações à legislação laboral aprovada no final da última legislatura, que legitimam e fomentam a precariedade. É um imperativo acabar com o flagelo do trabalho precário pelo que daremos toda a força à exigência de:

- Integração de todos os trabalhadores que se encontrem em situação de precariedade, reivindicando a abertura dos concursos e o respeito pela carreira/posição remuneratória correspondente à antiguidade do exercício das respectivas funções;
- Eliminação de todas as normas legais, nomeadamente, do regime dos contratos emprego inserção

(CEI), que permitem a precariedade e o recurso ao trabalho temporário para responder a necessidades permanentes dos serviços;

- Alteração do regime de contratos de trabalho a termo certo por forma a condicionar a sua aplicação e que permita a sua passagem a contratos sem termo;
- Fim da externalização de serviços e subcontratação de trabalhadores, com garantia de contratação directa para postos de trabalho que respondam a necessidades permanentes;
- Inclusão de cláusulas nos concursos públicos para contratação de serviços ou concessões, bem como nos da criação de entidades empresariais municipais, que impeçam o recurso a contratação precária, recurso a empresas de trabalho temporário e utilização de mão-de-obra barata;
- Garantia do ingresso na carreira em lugares dos mapas de pessoal, dos estagiários com contrato celebrado para o efeito;
- Mais meios e competências para a ACT e uma intervenção e fiscalização mais eficazes que impeçam o recurso à contratação de trabalhadores com vínculo precário para o desempenho de funções permanentes.

Melhorar as condições de trabalho

A luta por melhores condições de trabalho tem que assumir a devida importância na acção do conjunto do sindicato. Os trabalhadores da Administração Local e Regional asseguram actividades essenciais, algumas marcadas por um elevado grau de insalubridade, penosidade e risco. As condições de trabalho existentes são de um modo geral más e muitos equipamentos e instrumentos de trabalho estão obsoletos e são desadequados. A polivalência, o incumprimento da legislação, o envelhecimento da mão-de-obra, a falta de prevenção e de avaliação dos riscos, agravam a realidade. Prejudicando gravemente os trabalhadores, PS e PSD, com a abstenção do CDS, chumbaram os projectos de lei que visavam a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco e a reposição da justa reparação por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

Reafirmando a luta pela segurança e saúde dos trabalhadores a nossa acção reivindicativa continuará orientada para:

- Prosseguir a luta por uma verdadeira cultura de saúde e segurança do trabalho com organização de serviços de Segurança e Saúde nos locais de trabalho, cumprindo-se a lei e rejeitando a “medicina e a segurança avulsas”;

Organizar e lutar para Avançar!

MELHORES SALÁRIOS, CARREIRAS VALORIZADAS, SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE!



- Pugnar pela identificação, nos locais de trabalho, das diversas actividades, profissões e tarefas de cada um, e dar combate à polivalência;
- Exigir a realização de avaliações de risco nos locais de trabalho e nas diversas actividades, essenciais à definição da protecção colectiva e individual e ao combate à sinistralidade laboral;
- Defender a sensibilização e formação contínua de todos os trabalhadores como prática integrada na política de segurança e saúde;
- Exigir o respeito pelo direito de negociação de regulamentos internos destinados a questões específicas nomeadamente controlo de alcoolemia e substâncias psicotrópicas, dados biométricos e videovigilância;
- Exigir o direito de acompanhar a organização do trabalho, na definição e implementação nomeadamente de horários de trabalho, trabalho nocturno e por turnos, ritmos de trabalho e pausas;
- Lutar pelo reconhecimento de actividades de elevada insalubridade, penosidade e risco na Administração Local e Regional, com a consequente implementação deste suplemento;
- Continuar a luta pelo direito à justa reparação em caso

de acidente de trabalho/doença profissional, nos moldes aplicáveis aos trabalhadores do sector privado;

- Reforçar e valorizar os representantes dos trabalhadores para a SST, facilitando a realização dos processos eleitorais.

Valorizar a negociação e promover a contratação colectiva

A negociação e a contratação colectiva são direitos fundamentais dos trabalhadores e um instrumento essencial para a melhoria das condições de vida e de trabalho, que continuaremos a desenvolver em todos os sectores, assumindo como prioridades:

- Definir os locais de trabalho prioritários e dinamizar a acção e luta reivindicativa, construindo cadernos reivindicativos com base nas justas aspirações dos trabalhadores, nomeadamente: valorização salarial, redução do horário de trabalho para as 35 horas, reposição dos 25 dias úteis de férias e dos valores do trabalho suplementar e descanso compensatório; fixação de carreiras e categorias que valorizem os trabalhadores; combate à polivalência, flexibilidade, bancos de horas; limitação do trabalho por turnos e nocturno;

- Discussão e aprovação de cadernos reivindicativos nos locais de trabalho, apontando a resolução de problemas específicos, promover a sua entrega, defesa e acompanhamento da resposta aos problemas identificados, junto de cada Entidade Empregadora;
- Apoiar a intervenção sindical nesta frente de trabalho, mobilizando os meios técnicos e humanos necessários;
- Exigir a revisão da Lei de Trabalho em Funções Públicas, adequando-a à Administração Local e Regional, especialmente as normas redutoras da contratação colectiva, as permissivas da precariedade e outras que retiraram direitos, nomeadamente nos tempos de trabalho, férias e faltas;
- Lutar pela revogação dos aspectos mais gravosos do Código do Trabalho, que fragilizam e obstaculizam a efectivação do direito à contratação.

***Dá mais força
ao sindicato,
vota na lista***





Um STAL mais forte, dinâmico e representativo

O STAL é a maior e mais representativa organização sindical do sector porque os trabalhadores confiam no seu Sindicato. Esta confiança é o resultado da acção coerente e firme, que nos distingue e da qual nos orgulhamos, em defesa da melhoria das condições de trabalho e de vida, caminho que tem vindo a ser seguido e que nos compromete-mos a prosseguir, reforçando, organizando, reivindicando, dinamizando a luta, a participação e a unidade, reafirmando o STAL como um sindicato de classe, unitário e de massas, profundamente ligado aos trabalhadores e à defesa intransigente dos seus direitos, à causa do Poder Local Democrático, dos valores de Abril, da construção de um Portugal soberano e com futuro!

Fortalecer a organização

Nos últimos quatro anos, o STAL continuou a lutar, reforçou-se e está hoje melhor preparado para prosseguir o combate. Mas precisamos de fazer mais e melhor para defender os trabalhadores que representamos. Para isso é indispensável reforçar a organização sindical e dinamizar a acção reivindicativa, pelo que nos propomos:

- Acompanhar e apoiar o funcionamento da estrutura sindical, incentivando o trabalho coletivo e a democracia interna, valori-

zando a unidade, a solidariedade e o princípio da responsabilidade e responsabilização de acção e de funções;

- Reforçar e ampliar a rede de delegados sindicais, apostar na sua formação, analisando o seu funcionamento e, onde o mesmo não estiver de acordo com as necessidades de resposta concreta aos problemas dos trabalhadores, encontrar as soluções mais adequadas;
- Apoiar de forma mais directa os delegados sindicais nos locais de trabalho, particularmente no funcionamento institucional das reuniões das comissões sindicais, e colaborando na tomada de decisões;
- Eleger Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho;
- Reforçar a eleição de trabalhadores para as Comissões Paritárias, no âmbito do processo de avaliação;

Aumentar a sindicalização

A sindicalização está na base da organização do local de trabalho. Sem sindicalização não há sindicato. O sindicato ganha sempre mais força com a sindicalização: porque representa mais trabalhadores; porque garante mais recursos para desenvolvimento da acção e porque aumenta a diversidade profissional que representa. A sindicalização é

indissociável do conhecimento dos locais de trabalho, da ligação permanente aos trabalhadores. Hoje, como ontem, o trabalhador sindicaliza-se e participa porque encontra no sindicato respostas para os seus problemas e anseios.

Gestão financeira e patrimonial

Desenvolver uma gestão marcada pelo rigor e transparência, com prioridade para o reforço de meios para a actividade sindical e para a redução de custos fixos e despesas administrativas. Os recursos financeiros advêm exclusivamente das quotizações pagas pelos associados e é na ligação a estes, o acompanhamento regular e todo o apoio necessário que tem que ser gasto.

Serviços de Apoio aos Associados

A prestação de bons serviços jurídicos aos Associados é um direito que decorre dos Estatutos e um instrumento fundamental na resolução de problemas e conflitos que emergem nos locais de trabalho e de defesa dos direitos daqueles que representamos.

Manter os convívios e actividades de lazer, procurando envolver maior número de associados e as suas famílias, reforçando laços de amizade e prestigiando cada vez mais o STAL junto de todos os trabalhadores.